

Vimaranense

Redactor principal: Avelino de Sousa.

Os artigos da redacção do jornal não são assignados. Todo o artigo publicado com assignatura de qualquer natureza exprime a opinião particular do seu author, com a qual a redacção pode ou não concordar.

N.º 595

SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1866

V ANNO

Guimarães, 16 de agosto

Quando o nobre marquez de Sá da Bandeira instou como governo para que se procedesse ás fortificações de Lisboa e Porto o sr. Fontes disse, que como ministro da guerra reputava convenientes as fortificações das nossas duas principaes cidades, mas como ministro da fazenda julgava impossível proceder a esses trabalhos por causa do nosso estado financeiro.

Na occasião a resposta do illustre estadista pareceu unicamente uma d'aquellas trivialidades em que abunda o genio do sr. Fontes de Mello, porquanto não só no orçamento do estado estava, como está, votada uma verba importante para occorrer ás despesas das fortificações, senão que, dada a necessidade d'ellas, não havia objecção financeira, que devesse impedir a defeza da nossa independencia.

Quando uma nação é impellida a defender a sua autonomia não ha considerações de economia que se avancem, mas indispensaveis meios de manter a dignidade nacional.

Mas nem sequer era verdadeira e legítima a objecção do sr. Fontes.

Os factos vieram mostrar, que não era por falta de recursos que deixavam de se fortificar as cidades de Lisboa e Porto.

O sr. ministro da guerra creando entre nós um *campo de manobras*, e ajuntando o exercito com polainas penachos e barretinas, que estão orçadas na insignificancia de 2 mil contos de reis, mostra que longe de estar exaustão, repleto se encontra o thesouro, e auspiciadoras as circumstancias financeiras do paiz.

Não se sabe por enquanto a que verba orçará a despeza, que demanda o nosso *Chalons* mas assenta toda a gente que os novos uniformes, com o sobredito campo de instrucção militar excedem o quantitativo, que era indispensavel para fortificar Lisboa e Porto?

A ser assim não se commenta o procedimento do governo.

Para as despesas das fortificações havia um motivo imperioso, e uma conveniencia reconhecida.

Para o campo de manobras, nem existe presentemente motivo ou razão de ser, nem para os novos e despendiosos uniformes ha razão de conveniencia impreterivel.

O nosso exercito, pequenissimo, e incompleto não está nas circumstancias de aproveitar com a instrucção superior militar.

A independencia do paiz não está mais segura pelas polainas, penachos, tangas e novas *toilettes* dos nossos soldados.

Para haver campo de manobras era necessario, era indispensavel, que houvesse, pelo menos, exercito.

Para dispendir-mos sommas importantes em objectos de mero luxo ne-

cessario era que tivessemos primeiro o que instantaneamente precisamos.

Mas o governo começa por onde devia acabar.

Faz campo de manobras sem ter exercito, e gasta em fardamentos dispensaveis sommas indispensaveis para a fortificação de Lisboa e Porto.

E depois, perguntamos nós, quem auctorisa estas despesas?

Calcula-se em 1000 contos a despeza do nosso *Chalons*: Calcula-se em 2000 contos a importancia dos novos uniformes; e nem para uma, nem para outra couza, está o governo auctorizado!!

Não obstante ambas estas importantes verbas serão dispendidas.

E se as camaras as não apoiarem?

O governo conta com a subservienca da sua maioria, sabemos, mas se o respeito pelas formulas constitucionaes acordar no nosso parlamento, e se a indicação das conveniencias publicas suplantam essa *celebre lealdade politica*, que tem reputado superior aos interesses do paiz a conservação d'uma situação esbajadora e reaccionaria!

Se for rejeitado o bill de indemnidade que o governo ha-de solicitar na proxima reunião das camaras?

Quem n'estas hypotheses ha-de pagar aquellas importantes quantias?

Perguntas são estas a que desejamos ver responder os orgãos do governo.

As violencias, que a pretexto de capturar os refractarios ao recrutamento, tem praticado por toda a parte os agentes do governo, escandalizam a opinião publica e tornam-se mercedoras da maior censura.

O poyo atterrado pela noticia de prisões arbitrarías não sabe dos seus respectivos concelhos, e por grande que seja a necessidade poucos se afoitam a ir ao concelho visinho.

Paralisam-se assim as relações commerciaes para as classes pobres e suspende-se para quantos não tem os seus 60 annos as garantias constitucionaes, que deviam prevalecer para toda a gente.

Se de baixo do primeiro aspecto é reprehensivel e nocivo o procedimento do governo, de baixo do segundo mais reprehensivel e prejudicial se nos afigura.

O despreso pela lei é sempre inconveniente e calamitoso, e leva caminho direito a grandes immoralidades.

É o que acontece n'este caso.

Sob pretexto de recrutamento as auctoridades prendem a torto e a direito, e não se exhibem de satisfazer qualquer *vingança eleitoral*.

Fundam-se no artigo 56 da lei de 27 de julho de 65 para prenderem os individuos de fora da sua circumscripção, e prendem dentro d'ella por refractarios quantos desconhecem, ou quantos querem vexar.

Abuso e infracção em ambos os casos, que traz amedrontado o povo.

Pelo artigo 56 só podem ser presos os maneiros visivelmente aptos para o serviço militar que forem encontrados fora do concelho do seu domicilio, sem resalva. O artigo 65 da mesma lei applica as penas comminadas no artigo 329 do cod. pen. a qualquer auctoridade, que sob pretexto de recrutamento ordenar, ou consentir a captura de qualquer maneiro, que não esteja sortendo.

Por isso nem as auctoridades podem prender os individuos de fora da sua circumscripção, que mostram pela sua idade estar isentos do serviço militar, nem podem na sua circumscripção prender mais do que aquellos, que forem effectivamente refractarios ao serviço militar.

Esperamos por isso que cessem essas montarias a cordel, que se fazem por ahí em alguns concelhos d'este districto.

Nós legem habemus.

A carta que o sr. padre José Sampaio mandou publicar na *Gazeta do Minho* é concebida nos seguintes termos:

Meu caro Miguel.

Apresento-me a agradecer-te mais essa prova da tua amizade que hoje me deste na *Gazeta do Minho*, e ao mesmo tempo a pedir-te que nem mais uma palavra queiras dizer em resposta ao *Vimaranense* com relação a mim.

Sabes quanto preso a minha honra, e pôdes crer, que seria eu o primeiro a acudir á imprensa, para dar ali todas as explicações dos actos da minha vida, quando entendesse queas devia a quem as pede. Mas nem o *Vimaranense* tem direito algum de interrogar-me, nem, respondendo ás interrogações de tal gente, quero desmerecer no conceito de todos os meus patriotas, que, sem distincção de classes e de pessoas, me tem dado mequioscos testemunhos da maior consideração.

Deixa-os pois continuar com as suas intimações, tirar do meu silencio as illações que lhes convier, dispensar-me os epithetos mais vis, invectivar contra o meu caracter, caluniar-me a sua vontade porque tudo lhes perdão, permanecendo no proposito de lhes não dar consideração.

Espero merecer-te mais este favor, e dispõe do teu amigo

Guimarães, 8 de agosto de 1866.

PADRE J. L. F. SAMPAIO.

É d'este modo que os *lufufos* se defendem, quando apanhados em flagrante contradicção não sabem o que ha-de responder á opinião publica, que lhes pede contas das suas imposturas.

O expediente não é novo.

O sr. padre Sampaio yendo-se entre a cruz e a caldeirinha, e não sabendo como sahir do dilemma em que o collocamos, foi ter com o seu *caro Miguel* (arcades ambo) e assentaram na publicação d'uma carta, em que o sr. Sampaio declarasse que não dava satisfacções á gente do *Vimaranense*.

Se este miseravel e ridiculo subterfugio tivesse algum valor estavam os especuladores das *sachristias* e os *calumniadores* como queriam, porque tinham sempre uma escapula para fugirem á responsabilidade moral dos seus actos e escriptos.

Felizmente esta theoria só existe na cabeça dos que aleiloam a toda a hora a propria consciencia, e se servem da religião para fins, que todos nós sabemos.

São impagaveis estes *santarões*!!

O sr. Sampaio berrou contra o decreto de 2 de janeiro, porque era contrario aos canones e concilio de Trento, mas sollicita e aceita o beneficio de Villa Nova da Lixa!!

Escreveu a favor do poder temporal do Papa, pediu milhares de Padre Nossos pela sua conservação, e *recomendou-se* a assignar uma felicitação qua alguns habitantes d'esta cidade dirigiram a Pio IX!! E querem agora saber porque? Porque n'essa occasião o sr. padre José era encommendado na freguezia de S. Sebastião e tinha *perpetuidade na secretaria da justiça*!

O estomago, sempre o estomago, preferido ás *taes convicções catholicas*!

E é com uma historia antiga e moderna d'esta ordem que tu ó *caro Miguel* conheces os meus sentimentos d'honra!

Risum teneatis amici!

Não devemos deixar tambem em silencio a importancia que s. se arrogava, e a philancia com que fallava de si e das *sympathias* que gozava.

Entende o sr. reitor que alem da sua pessoa, não ha outra de tamanho vulto cá na terra!

Não questionaremos.

Effectivamente o sr. Sampaio é d'uma gordura e celebridade!

Pena foi que não alcançasse uma cadeira de conego para ser um *sabio* na phrase do sr. abbade de Gondalães; e que a *consideração* e os *inquivocos testemunhos* de *sympathia* se manifestassem d'um modo tão despresivel n'aquella eleição, em que o sr. reitor teve a *ingratidão* de querer substituir o sr. visconde de Pindelão.

Desculpe-nos s. rev.^{ma}, mas foi uma lição tremenda!

Tantas *sympathias* e só trinta e dois votos! Horror!

Concluiremos, dizendo ao sr. padre José, L. que ter a obrado com mais juizo se em vez da carta que escreveu ao seu *caro Miguel* tivesse antes observado um dicto d'um n.º so grande estadista.

Rodrigo da Fonseca, quando certos jornalistas da laia do sr. Miguel se lhe offerciam para o defender das arguições da opposição, mettia a mão ao bolso e respondia-lhes — *comam, mas n'ó me defendam*!!

O sr. Miguel está n'estas circumstancias, deve comer em todo o caso.

mas não defender os amigos, porque os compromette mais.

POLITICA ESTRANGEIRA

Dissemos, na revista do numero transacto, que a leitura dos preliminares da paz, por artigos, muito tinha alterado o conceito, que havíamos formado para as occorrencias futuras; queixando-nos da leviandade, com que se faz uso do fio electrico, fazendo-o afirmar como certo, ou quasi certo, boatos espalhados nas praças de commercio, nos passeios publicos, ou nos cafés.

Presistimos n'esta idéa; mas tambem não deixamos de confessar, que não fomos menos levianos em dar tanto peso ás alterações, que encontramos n'aquelle documento official.

Quando o rei da Prussia se compromette a obter do seu aliado a approvação dos preliminares, não pode ficar duvida alguma, de que o rei da Italia os approvará; mas o que tambem não pode deixar duvida, é, que o aliado do norte é menos cavalheiro, do que o aliado do sul.

A cessão da Venezia á Italia estava feita, antes que os plenipotenciarios se reunissem para o accordo nas bases da paz; e a imprensa prussiana tinha, então, bem cuidado de publicar um dos artigos do tratado entre a Prussia e a Italia, pelo qual as partes contratantes se obrigavam a não aceitar propostas da paz, ou mesmo de armistício sem o seu mutuo consentimento; ora é sabido, que, se o rei da Italia tivesse em vista unicamente o seu interesse, e em menos conta os seus compromissos, talvez o rei da Prussia não tivesse força bastante para fazer acceptar ao imperador a mesma proposta tão humilhante. O rei da Italia em proveito do seu aliado continuou com a sua guerra, a pretexto de querer, além da Venezia, o Tyrol e as antigas possessões venezianas na costa oriental da Adriatico, e o rei da Prussia, tendo conseguido mais do que esperava, assigna armistícios, e preliminares de paz sem lhe importar o seu aliado, e compromette-se pela sua approvação! Isto é original.

Quanto ao augmento territorial da Prussia, se nos preliminares não se faz menção da anexação do Hanovre, do Hesse, de Nassau, e de Francfort, todos insistem em que elles se incorporem á Prussia, como conquista, e que a França *conceda* n'esta conquista, pede d'ella indemnisação (!). Tambem asseguram, que a Russia quer ser igualmente indemnizada, mas que a Prussia não está disposta a isso, pelo que chama as suas tropas ás suas *provincias rhénanas*, e a Russia concentra as suas na fronteira da Prussia. — É a conta.

O governo pontificio está receoso com a proxima evacuação das tropas francezas. O seu conselho indica como mais seguro a retirada de Sua Santidade para a ilha de Malta; mas o sobrinho do Pontifice despreza o conselho, tendo recorrido antes ao embaixador francez, que julga mais a propósito a abertura de negociações com o rei da Italia.

No exercito brasileiro, reina a idéa de traição nos seus alliados.

Tudo perde, mais ou menos, e a Prussia ganha, até ver.

Despachos telegraphicos

PARIZ 14.—O Monitor refutando as asserções do Times diz que as melhores provas das intenções pacificas do

imperador, são as baixas antecipadas das classes de 1859.

NOTICIARIO

Leilão do azylo.—A commissão encarregada de promover o leilão de prendas a favor do azylo de Santa Estephania, deliberou por motivos attendíveis, espacar a recepção d'estas até o dia 15 de setembro, podendo as pessoas que desejarem corresponder ao convite que lhes foi dirigido, mandar entregar os objectos que se dignarem offerecer em casa da ex.^{ma} sr.^a D. Maria da Conceição Vaz Napoleo, que obsequiosamente se prestou a este trabalho.

Visita.—Consta-nos que é esperado segunda-feira n'esta cidade o sr. governador civil visconde de Pindella, partindo depois em visita aos concelhos de Fafe e Bastos.

A *ensaboadella* do sr. ministro do reino produziu o seu effeito.

Não jani como o sr. visconde deixou o *toncador* para cumprir a toda a pressa as ordens do sr. Martens Ferrão!

Nem o sol abrasador, nem a poeira do macadam o encommendam já.

O recibo da demissão obriga a sacrificios.

Recepção, revista e manobras.—Estão-se limpando a toda a pressa as *barretinas milicianas* para a recepção que ha-de ter lugar na proxima visita do sr. governador civil.

Falla-se tambem que s. ex.^a passará revista aos voluntarios na praça do mercado.

Haverá um simulacro da retirada da ponte de Guimarães em 46, e será commandante das manobras o general.

No fim entao se-hão vivas aos *caralheiros portuguezes*, e os voluntarios retirarão a quartéis, cantando a bem conhecida *copla*.

Fóra malhados
Fóra malhados
Fóra patifes desavergonhados.

Noticias diversas.—Chegou ao Porto o sr. ministro das obras publicas e o seu secretario o sr. Luiz Augusto Palmeirim. Ss. ex.^{as} vieram assistir ao encerramento da exposição de sericultura.

—S. M. El-Rei D. Luiz destina uma rica baixella de prata, emblema da vida maritima para galardoar o barqueiro mais destro, que se apresentar na regata que terá lugar no Tejo.

—Está designado o dia 15 de setembro para os primeiros exercicios militares no campo de manobras, em Tancos.

—Dura ainda a controversia em parte da imprensa periodica sobre a probabilidade da junta de credito publico pagar ou não os juros do semestre vencido. Argumenta-se que por em quanto não ha rasão de queixa, tendo a companhia pago nos annos anteriores só de 25 d'agosto em diante.

Antes assim.

Festas assim.—Tiveram lugar na quarta-feira as duas festividades que noticiamos no numero anterior, celebrada uma na collegiada em honra de Nossa Senhora da Oliveira padroeira d'esta cidade, e outra na igreja do Campo da Feira a expensas d'alguns devotos.

Ambas as egrejas estavam primorosamente decoradas, e se na do Senhor dos Passos sobressahia o gosto delicado dos ornatos, no templo da Senhora da Oliveira impunha-se a soberana magestade da simplicidade elegante que decorava as paredes d'esta historica igreja.

Na Oliveira a musica foi da capella do sr. D. Jeronimo, que satisfaz brilhantemente ao que se esperava da sua reconhecida maestria e dos artistas que a compunham.

No campo da Feira a musica foi da capella do sr. Lucinio, que não pouçou esforços para corresponder á altura da solemnidade em que tomava parte, vendo coroados com bom exito os seus desejos.

Tanto para uma como para outra capella vieram alguns cantores de fora.

Foram oradores, na Oliveira o reverendo reitor de Requiao e abade de S. Nicolau, e no Campo da Feira este ultimo, e o sr. dr. Ramos de Braga, não desmerecendo nenhum do conceito que gozam.

De tarde sahio em procissão a imagem de Nossa Senhora, que percorreu na pompa e acção do costume o transitto dos annos anteriores.

Noticias do Brazil.—Chegou o paquete francez *Nararre*, vindo dos portos do Brazil, e nada adiantam as noticias que trouxe d'aquelle imperio.

A guerra continua no mesmo estado, suspeitando-se traição da parte dos alliados.

A todo o momento era esperado no Paço da Patria o barão de Porto Alegre com uma força de quatro mil infantas, toda a artilheria e 6 mil homens de cavallaria, tendo deixado em Corrientes 4 mil infantas d'observação.

Para o general Osorio iam ser expedidos 25 mil cavallos.

A crise financeira continuava tambem no mesmo estado na praça do Rio de Janeiro, havendo a maior apathia nas transacções commerciaes.

Hospedes reaes.—No paço

tão-se preparando os aposentos para receber SS. MM. e toda a familia real, que vem assistir á inauguração do monumento do sr. D. Pedro IV; e por esta occasião distribuirão os premios aos expositores, que es mereceram na exposição internacional.

Arraial.—Na terça feira á noite houve um bello e concorridissimo arraial na ponte do Campo da Feira, por sera vespera da funcção ao Senhor feita a expensas de varios devotos, que mandaram illuminar a fachada do templo e postaram uma musica no adro, que tocava nos intervallos de vistoso fogo de ar.

O arraial terminou perto da meia noite.

Calor.—Estamos debaixo d'um calor tropical. A intensidade dos raios do sol, sem o doce bafio da aragem, são verdadeiramente insupportaveis.

A camara municipal.—Pedimos á camara municipal, e especialmente ao sr. vereador fiscal, para que faça proceder rigorosamente á limpeza das ruas da cidade.

Ha por ali algumas que estão causando grave prejuizo á saude publica.

Na rua de Santa Luzia proxima á capella, na *viella* dos quatro olhos, ou coisa que o valha, e n'outras mais que nos não lembram, é impossivel transitar-se.

Tambem não é raro encontrar-se ás trindades porcos estendidos por essas ruas, saboreando a tepida aragem da noite. Seria bom que os zeladores se encarregassem de os acompanhar até o curral, onde passariam mais commodamente a noite.

Do zelo e sollicitude do digno fiscal pelos negocios publicos que lhe estão a cargo, esperamos as mais terminantes e promptas providencias, especialmente no que diz respeito á limpeza, porque é negocio, que mais prende com a saude publica.

Ao «Bem Publico».—Levemos a Cruz ao Calvario. Demos de barato que deturpamos e falsificamos o que disse o nosso adversario e accreditamos o seu modo de *dramatisar* a questão de crer e pensar.

O leitor, que foi convidado pelo illustre carola a ser arbitro n'esta contenda, tenha paciencia; pegue no n.^o 5, 10.^a serie do *Bem Publico*, e veja se na critica que vamos fazer não ha verdade e só verdade.

Chicana-nos o collega por empregarmos o verbo pensar na definição d'acatholico, porque o pensamento se elabora no entendimento e ninguem pode saber o que se passa no entendimento dos outros. Replicamos que a crença está exactamente no mesmo caso e que por tanto tambem se não pôde empregar, como queria o collega, o verbo crer. Que responde o collega á objecção? Nada. Sahe-se com o seguinte *coq-a-lanc*. Ninguem diz: creio que são identicas as substancias do carvão de pedra e a do diamante; o penso que ha um Deus. Atacamos-lhe o disparate, mostrando que se a identidade da substancia do carvão de pedra e do diamante era um facto verdadeiro, um conhecimento, não havia duvida em que se crese n'elle e abriamos esta asserção com a auctoridade de Ventura de Raulica. Que responde a isto o collega? Diz que Ventura de Raulica distingue, como elle crer e pensar, põe-se a definir o que é crer e pensar e, sem que, nem para que, afirma que nós confundimos estas cousas. Pois que tem a ver a distincção de crer e pensar com o poder ou não poder dizer-se que se cre na identidade da substancia do carvão de pedra e do diamante?

A seguir a desconchavada exposição

quando elle affirmava que confundimos crer, pensar, respondemos-lhe nós que Ventura de Raulica sustentava que a crença era cousa intellectual (o collega queria ter companheiros no *coq-a-lanc*). Responde: os do certo, mas porque o *Bem Publico* dava a entender que eram idiotas os que chamavam á crença cousa intellectual que era tomar por synonymos diferentes actos do entendimento o chamar-lhes intellectuaes.

Por dizer tal é que nós respondemos que o *idiota* Ventura de Raulica chamava á crença cousas intellectuaes, e que os *idiotas* Jules Simon, Emile Saisset e Amadee Jacques tomavam por synonymos *crença* *juizo* etc. pois que chamavam a tudo isso cousas intellectuaes. Que responde a isto o collega? Diz que tomamos por synonymos crer e pensar, lembrar-se e esquecer-se.

Isto não é discutir.

Pedimos-lhe, já meos enfatiados, que nos transcrevesse as palavras, onde tomavamos por synonymos crer e pensar. Responde-nos transcrevendo estas palavras. «Estes (Jules Simon, Emile Saisset, Amadee Jacques) deitamos a barra adiante: *crença*, *juizo*, *raciocinio*, *memoria*, etc. *tudo é synonymo*». (O collega bifa-nos um ponto d'admiração mas não importa). Explicamos estas palavras: dizendo que de certo tudo é synonymo se, como quer o *Bem Publico*, é tomar por synonymos diversos actos do entendimento o chamar-lhes intellectuaes; o que se, como tambem queria o *Bem Publico*, são idiotas os que assum dissem, são idiotas Jules Simon, Emile Saisset etc.

A isto responde o collega que nos desculpamos com hamar idiotas aquelles auctores e que perdemos a tramontana.

Quando vimos a questão n'estas alturas, mandamos o nosso collega pintar bugios e o leitor que foi chamado a dar a sua sentença, ha-de dizer que fizemos bem.

Mas cá vem cousa melhor.

Affirma o *Bem Publico* que nos apañhou n'uma contradicção e que não tira d'ella partido «para nos não humilhar». A contradicção consiste em dizermos n'uma parte que nunca assalariamos Serrano nenhum, nem nos gabamos de tal; e dizermos n'outra parte que pagamos ao actual redactor da *Gazeta* alguns artigos que lhe publicamos no *Vimaranense*!

O collega que não nos quiz humilhar parece apostado a humilhar a sua intelligencia e sizo. Pois que contradicção ha ou pode haver alli? Não dará o *Bem Publico* licença ao redactor da *Gazeta* para escrever outros artigos senão os que escrevem com o pseudonymo de Serrano?

O collega anda bem bom!

Foi o collega que considerou a imprensa «um tribunal que passa condemnacões». Cada membro, mesmo «mero» d'este tribunal não tem outro officio senão o de passar condemnacões; do contrario, desaparece a hypothese do collega. E se o seu officio é o de passar condemnacões, como pode ser o de denunciar crimes?

O collega, ou pensa mal, ou redige mal.

Deixa-nos protestar contra o dictionario de Faria no que toca ás duas accepções do verbo «denunciar». Até n'isto é trapalhão! O collega atirou-nos com a palavra denuncia, velhacamente sublinhada, e para lhe arrancarmos a declaração de que a tomava no sentido de publicação e notariada de etc. custou muito. O que elle queria era pintar-nos com as feias cores que tem sempre um denunciante. Não era assim? Como lhe sabiu torto o plano, diz hoje que tomou denunciar, no sentido de publicar; mas para deixar sempre a costurada peçonha, acrescenta que n'esta publicação ha uma diffamação: 1.º—porque espalhámos ao longe o que só era sabido intra muros; 2.º—porque com esta applicação fizemos perder a boa reputação de que até alli gosava o Serrano.

O facto foi este. O Serrano escreveu alguns artigos, em que, segundo affirma o *Bem Publico*, caluniara o clero e os santos. Escreveu-os debaixo d'um pseudonymo, mas em seguida declarou a quem o quiz ouvir que era auctor de taes artigos. Um bello dia, não queremos dizer porque conveniências, o nosso homem faz-se santanario e começa a escrever nas sacristias. E nós avisamos os incautos, dizendo: ahi está o tal que se gabava de ter escripto os artigos do Serrano; accreditem-n'o.

A isto chama o patusco do nosso collega uma diffamação.

Se elle ha de morder sempre! sem isto não anda satisfeito o nosso pobre collega.

A sua dentada aos *libres-penseurs* traz memo seu que de *virus-rubica*. Irrital-o seria barbaridade.

Os *libres-penseurs* perdoam-lhe de certo.

Carreira entre Fafe, Guimarães e Povoia de Varzim



JOÃO José Gonçalves Gaita, filho, annuncia que, desde o dia 20 do corrente mez em diante estabelece uma carreira diaria entre Fafe, Guimarães e Povoia de Varzim, sendo o preço de cada passageiro—de

Fafe á Povoia 1400—de Guimarães (idem) 1200.

O annunciante declara aos seus amigos e freguezes, que alem do bom gado, terá muda de cavallos no caminhão.

Os bilhetes vendem-se em Fafe, em casa do sr. Rebello, botequineiro—Em Guimarães, em casa do sr. João Manoel de Mello, praça do Toural n.º 1. (375)

CORRESPONDENCIA

Sr. redactor do *Vimaranense*.—Agredidos em uma correspondencia publicada em o n.º 391 do seu jornal, e assignada por Manuel Joaquim Ferreira, considerados, por isso ao abrigo do artigo 9.º da lei de 17 de maio de 1866, que rege a liberdade da imprensa, reclamamos de v. a faculdade de nos desaggravarmos no mesmo periodico, onde fomos agredidos, para que o desaggravo chegue onde chegou a offensa.

Os factos, que vamos narrar, e que o auctor da correspondencia cavillosamente invertiu, já ha muito que estão no conhecimento do publico. O sr. Ferreira veio tarde, muito tarde, para lhe fazer callar no animo as suas grosseiras e inuteis invectivas. E ainda quando esses factos não fossem já do dominio do publico, este não arriscaria, com a leitura do seu aleivoso aranzel, um juizo temerario sem que se illucidasse sobre os factos e sobre as pessoas do offensor e offendidos, porque sabe que a imprensa assim como inutilisa a baba venenosa que bocas viperinas deitam nas reputações alheias, tambem é órgão de odiosas calumnias. Felizmente, porem, esses factos são notorios; mas nem por isso deixaremos de narral-os fielmente, porque os periodicos não são distribuidos só em Guimarães. Ahi vae, pois, a verdade d'esses factos, falsificados, muito a sabor do auctor da alludida correspondencia.

As 9 e meia horas da tarde do dia 24 de julho, estayamos, quatro dos irmãos abaixo assignados, a janella de nossa casa, quando, á voz de aqui-d-el-rei, que ouvimos n'uma das casas vizinhas (e que logo depois vimos ser na do sr. Ferreira) corremos para o lado d'onde partia a dita voz e vimos no extremo da varanda do tal sr. sua pobre mulher debruçada quasi sobre o telhado de nossa casa (com o qual está em contacto a dita varanda) pedindo soccorro contra seu marido, que sobre ella descarregava fortes murros.

Nossa mãe, que não tem o coração de fera, gritando-lhe que deixasse, e não espancasse tão barbaramente a infeliz mulher, recebeu em resposta um chorrilho de epithetos injuriosos; em vista do que nosso irmão padre o intimou tambem a que se calasse e deixasse a mulher: a resposta foi a que nossa mãe já tinha obtido... uma enfiada de insultos contra elle e contra todos nós, a quem desafiou para o meio da rua e a quem queria, dizia elle, ensinar a não se importarem com as suas accões embora d'ellas fosse victima sua mulher, e embora com ellas fosse encommoado toda a vizinhança, como já de ha muito é costume sel-o.

Nosso irmão instou ainda, mas obteve identica resposta, a tempo que já o insultador, inflammado na chamma d'uma descomposta ira, corria desenfreado em busca d'armas, com que offender-nos no meio da rua para onde continuava a desafiar-nos. Nosso irmão, é força confessal-o, não hesitou: correu á rua, nós após elle (eramos irmãos...) na qual já encontramos o

sr. Ferreira armado d'uma espada, com que acoitava os srs. Domingos Martins Fernandes e Ignacio José Leite Guimarães, os quaes juntos com nosso irmão José e regedor da freguezia tinham tambem acudido á voz de aqui-d-el-rei, e continuando depois, livres os primeiros das suas garras a accommetter o regedor que forcejava por manter a ordem, impondo o respeito da lei ao desordeiro, que aggrava ainda mais a sua posição, resistindo a elle regedor, a quem procurava por todos os modos ferir ou matar.

Para não faltar á verdadeira exposição do facto cumpre notar, que dois de nossos irmãos, vendo o padre e o outro irmão saírem á rua sem cousa alguma com que defender-se, convencidos de que o sr. Ferreira não era homem que sabbasse desarmado tomaram cada um seu pau para poderem defender os irmãos incriminados ou a si proprios em caso de aggressão, a qual effectivamente teve lugar e para que valeam de muito os ditos paus; pois um d'elles abateu o braço homicida na occasião em que ia descarregar um golpe sobre o regedor, que para evitar, não tivera tempo de deslindar-se de sua mulher e de sua cunhada, pelas quaes, segundos antes, lhe tinham sido presos os braços.

Foi então que, não podendo o desordeiro e atupar a mostrar aos circumstantes que tinha instrucções de esgrima alguns d'estes lhe deitaram a mão e lhe deram voz de preso *inclusi-ve* o dito regedor, que já estava dessembaraçado de sua mulher e cunhada e na pessoa do qual tentou mais uma vez o homicidio por um modo repugnante... do que o sr. Ferreira deve lembrar-se perfeitamente, pois que não estava embriagado... Felizmente tambem essa barbara tentativa foi baldada e presenciada por pessoa fidedigna, que a testificará nos tribunaes.

Em seguida á prisão do desordeiro por alguns dos ind.vidu. que alli estavam e dos quaes um lhe tirou a espada que levou escondida para casa, chegaram quatro soldados que o regedor tinha mandado chamar na occasião em que perseguido até quasi á alfandega foi livre por outro irmão, a quem o desordeiro viu de pau e sobre quem correu, obrigando-o a refugiar-se em casa, cuja porta lhe fechou com receio de que ahi mesmo fosse investido.

Mettido entre os soldados mais uma vez quiz mostrar a sua valentia e a sua alma rebelde, tentando, ou para novos accommettimentos, ou para fazer ver que os Roldans ainda não tinham deixado de todo a superficie da terra, extorquir a arma a um dos soldados que não pôde conseguir porque o soldado não era sua mulher.

Dahi foi levado para a cadeia.

Eis o facto, cuja veracidade será demonstrada nos tribunaes em tempo competente até ao qual, esperamos, demorará o publico o seu juizo.

Agora, sr. redactor, permitta-nos que desmintamos aqui o inventor de tanta patranha.

O sr. Ferreira mente, quando diz, que nosso irmão padre atirou com pratos quebrados ao telhado de sua casa, e que insultou o sr. Manuel Joaquim Ferreira.

Quem quizer certificar-se da falsidade da primeira proposição entre em nossa casa ou peça licença ao sr. Ferreira para entrar em casa d'elle e verá examinando a collocação dos telhados nossos e o d'elle, o absurdo da mentira que estupidamente inventou.

Emquanto aos insultos somente repetiremos: mente... e a verdade brilhará nos tribunaes, onde não lhe valerão falsas testemunhas de que cos-

tuma munir-se pelas tabernas, e que lhe tem valido em muitas e varias desordens de que tem sido auctor.

O sr. Ferreira mente, quando avança que fomos nós que o desafiamos.

Pessoas de probidade, que se não deixaram corromper, e para as quaes por isso prohibiu a sua mulher que fallasse, ião nos tribunaes desmentir esses entes abjectos, que se aviltaram ao ponto de venderem a sua consciencia por alguns quartilhos de vinho, e mostrar ao publico quem foi o insultador e o provoca lor.

O sr. Ferreira mente, quando relata que fomos nós os primeiros, que nos encontramos na rua; pois quando chegamos já o achamos de espada em punho, investindo com os srs. Domingos Martins Fernandes, e Ignacio José Leite Guimarães, que teve a feliz lembrança de introduzir-se pela porta da casa do regedor para não ser victima dos seus sanhudos furores; e já tambem perseguia este, que estando com sua familia no adro de S. Sebastião, vendo o fogo, que n'essa occasião se estava queimando na Costa, tinha accudido aos gritos de A-d-el-rei, como regedor que era.

O sr. Ferreira mente ainda, quando refere, que o padre lhe atirou com um rebol. O padre, depois que saiu á rua, não viu mais, que o sr. Ferreira correr com a espada na mão sobre os individuos citados, porque tinha sido preso pela mãe, por uma irmã e por uma vizinha, as quaes o trouxeram para a porta de casa, e das quaes só pode desembarçar-se, quando ellas ficaram certas, de que o sr. Ferreira já estava preso.

Será ainda o tribunal o crisol, onde se ha-de apurar esta verdade, como todas as outras.

Mente ainda, quando onsa dizer, que foi o regedor que o provocou, o perseguiu com o estoque desembainhado; porque elle só o desembainhou (tinha o direito de defesa) quando foi accommettido pelo sr. Ferreira; o que de nada lhe valeu, porque, ignorando o jogo da espada, não sabia defender-se.

Do que fica dito se depreheende, que tambem mente, quando diz, que tratou só de defender a fronteira de sua casa; porque o principal logar, onde obrou tantas proezas, foi a parte do terreiro de S. Francisco, que fica proxima á igreja de S. Sebastião; e foi n'esse mesmo sitio, que o sr. Ferreira clamou que o padre lhe dera com uma pedra.

O sr. Ferreira falla verdade, quando aponta, que o padre o acompanhara até a cadeia; mas mente no mais, que avança; pois aquelle não lhe dirigiu palavras algumas, nem ao menos redarguiu aos insultos, com que ahi mesmo o quiz honrar.

A unica razão, que o moveu a acompanhar-o, foi, como elle mesmo diz, querer ficar na certeza de que a fera não fugiu antes de entrar na jaula.

No ante-penultimo periodo da correspondencia, o seu auctor taxa de fabulosa a querella, que contra o sr. Ferreira foi intentada.

Os tribunaes decidirão qual d'ellas é a fabulosa. Para lá o esperamos.

No penultimo periodo falla em soldados engodados... Provavelmente o sr. Ferreira sonhou, que effectivamente os soldados se tinham deixado engodar pela sua amasia, quando um dia d'estes, muito de proposito, foi a Braga fazer-lhes os seus offerecimentos para virem no dia do jury desdisserem-se da verdade, que tinham depositado no auto; (d'isto temos provas, que serão apresentadas no tribunal!) Isso,

porém, sr. Ferreira, não passou de soldado, porque os soldados presam mais que tudo a sua honra.

No ultimo periodo, diz o sr. Ferreira que lhe queremos mal... Se assim fosse nunca esta casa seria, como já tem sido, um abrigo á sua liberdade... Concentre o seu espirito, sr. Ferreira, recue até ao passado, e veja por elle, que o sr. é hoje muito ingrato... Não diga que lhe queremos mal: Não nos foi dispensada a paciência de Job, para podermos aturar a sua ferocidade.

Nem com isso faz recahir sobre nós o odioso, porque as proezas do sr. Ferreira são usuas: os vimaranenses estão ao facto d'ellas. Os registos judiciais d'esta comarca resam de varios processos, em que ahí figura como reo: e a opinião publica, aguilhoada pelas repetidas queixas da visinbanca, ha muito, que o tem na conta de máo chefe de familia, peor visinho, e pessimo cidadão.

A dolorosa impressão, que experimentam os que fixam a vista em sua mulher, e attendem ao seu lasti poso estado, proveniente do brutal e atroz espancamento, com que o sr. Ferreira todos os dias a minheira, prova demasiado o seu caracter perverso. (Apezar d'isto, não prova que o sr. Ferreira é juden...)

Deixe-se, pois, de hypocritas supplicas ao Senhor para obter o nosso perdão, que os vimaranenses não nasceram hontem: já ha muito que sabem quem é o *tyrannus*.

Os habitantes das ruas de Traz-Oleiros e S. Damazo onde já morou, e os da do guardal, onde mora, esclarecerão quem não estiver ainda iludido.

Nada mais. Resta-nos pedir-lhe, sr. Ferreira, que publique essas taes *causas*, que *cala*, e com que, diz, se *pode* *ir despicando*. Nós esperamos. Até então, ou até aos tribunaes, onde, como já dissemos, se provará a verdade d'esta narração, e a falsidade do seu aranzel.

— Esperamos, sr. redactor, a inserção d'estas linhas no proximo n.º do seu jornal e somos com toda a estima De v. etc.

Guimarães, 13 de agosto de 1880.
Manoel Ferreira d'Abreu
José Ferreira d'Abreu
Padre Antonio Ferreira d'Abreu
Antonio de Padua Ferreira d'Abreu
Francisco de Assis Ferreira d'Abreu

(Segue-se o reconhecimento)

AGRADECIMENTOS

MANOEL José Pereira de Lima, D. Joseph da Luz Silva Lima, Antonio José Pereira de Lima, D. Maria Joaquina de Jesus, João Pereira de Lima, D. Maria Roza de Lima, sommatamente penhorados pelas provas de consideração e amizade que receberam de todos os illm.ºs srs. excm.ºs sr.ºs, e srs. ecclesiasticos que lhes derigiram seus pezarosos cumprimentos pela occasião da morte de seu choroado filho, neto e sobrinho; e muito especialmente ao illm.º sr. João Antonio da Silva Arcias, pela parte que tomou para tornar mais solemne o responso de gloria que se fez na igreja de S. Domingos, no dia 5 do corrente mez. A todos agradecemos por este modo, significando-lhes sua eterna gratidão. (374)

ANNUNCIOS

QUEM quizer comprar um forte piano Inglez, falle com Francisco Pedro da Rocha Vianna. (372)

NO domingo 19 do corrente mez de agosto pelas 9 horas da ma-

nhã, haverá leilão de moveis na casa n.º 7, no largo de Nossa Senhora da Oliveira. (373)

NESTA redacção se diz tudo se vende um piano vertical de pau mogno; com enfeite de seda. (106)

ARREMATACÃO

A REQUERIMENTO de José Custodio Vieira, d'esta cidade, como administrador da massa fallida de Manoel José da Silva Guimarães, do logar do Miradour, freguezia de S. Miguel de Creixomil, se tem de arrematar no dia 19 do corrente, na casa em que o quebrado teve o seu estabelecimento; todas as mercadorias do seu negocio, e do mesmo modo se tem de arrematar no dia 26 d'este mez no tribunal commercial d'esta cidade no extinto convento de S. Domingos da mesma, todos os bens de raiz pertencentes ao sobredito quebrado. (371)

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Deposito em Guimarães em casa de José Custodio Vieira, e em Vizella em casa de João Fernandes d'Araujo Pedroza.

Tem á venda vinhos engarrafados de todas as qualidades, bem como vinagre, geropiga e agoardente. 28

COMPRAM-SE em grande ou pequeno numero adreços, correntes e toda a especie de pedraria falsa, para adorno d'anjinhos.

Quem quizer vender, falle n'esta redacção, que se lhe dirá quem compra. (140)

Accões do Theatro

QUEM quizer comprar, com abatimento, 10 accões do theatro de D. Afonso Henriques, falle n'esta redacção. (165)

ATTENÇÃO

JOÃO Manoel de Mello, negociante de ferragens na praça do Toural n.º 1, acaba de receber do Porto um variado sortimento de camas de ferro de todos os tamanhos e feitios, desde o preço de 3:000 réis até 10:000, assim como, cosinhas de ferro desde 13:500 até 33:000 réis, lavatorios com espelho e sem elle, desde 750 até 1:200 rs. Precos estes iguaes, das principaes fabricas do Porto.—O mesmo se encarrega de mandar fazer qualquer dos objectos acima notados, com promptidão. (161)

MANOEL LUIZ CARREIRA, negociante de fazendas brancas á porta da Villa, n.º 2, recebeu um variado sortimento de binóculos, oculos de campo de grande alcance, caixas de bufalo, revolvers e cycloramas com as competentes vistas, todo do melhor, bem como se lancam vidros a oculos e tudo pelos preços mais commodos e com o melhor acondicionamento. (159)

O FENIX ESPANHOL

Companhia de seguros reunidos

Fundada pelo credito movel francez e estabelecida em Paris, Madrid e Lisboa.

CAPITAL DE GARANTIA:—2,500:000\$000 réis.

Incendio—Minimo dos premios, para Guimarães, por anno e por réis 100\$000. Predios, 70 réis.—Moveis e fazendas ordinarias, 100 réis.—Predios contendo generos inflamaveis, 125 réis.—Generos inflamaveis, 150 réis.—Culturas rurais edificios, moveis e animaes, 250 réis.—Expulsão de gaze raio 15 réis.

O importe das percas é pago de contado, sem desconto algum no domicilio da sub direcção em Guimarães e sempre em moeda metalica effectiva.

Seguros—De educação e de capitães exigíveis na maioridade das creanças. Tem por objecto segurar *rendas temporaes* para prover aos maiores gastos necessitados pelo periodo em que é preciso dar educação ás creanças, ou segurar um *capital* para constituir *dotes* ás filhas ou para *exonerar os filhos do serviço militar*.

Estas operações como são praticadas pelo *Fenix Espanhol* differem completamente das praticadas pela *Tutelar* ou outras sociedades mutuas, pois, no *Fenix* as quantias seguradas são sempre *determinadas de antemão* e pagaveis na sua integridade, em *metal sonante*.

Dirigir-se ao sub-agente, João Manuel de Mello, praça do Toural n.º 1.

PUBLICA-SE ÁS TERÇAS E SEXTAS-FEIRAS

PREÇO DA ASSIGNATURA
(Sem estampilha)
Por anno... 24 réis.
semestre... 12
Folha avulsa... 040

(Com estampilha)
Por anno... 2880 réis.
semestre... 1440
BRAZIL, pelos pag. por anno... 55
semestre... 20
Por navios de vela Porto ou Lisboa, por anno... 2880

Por semestre... 1440 réis.
Folha avulsa... 50
Anuncios, por linha... 50
repetidos... 20
Correspondencia de interesse particular, por linha... 05
Gratis, sendo de interesse publico

Publicações litterarias serão annuenciadas recebendo a redacção dois exemplares. Os primeiros seis mezes da assignatura serão pagos adiantados.

RESPONSÁVEL:—J. M. RIBEIRO.—Guimarães—TYPOGRAPHIA VIMARANENSE